



COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

ACTA NÚMERO 67/XI/ 2.ª SL

Aos 27 dias do mês de Outubro de 2010, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão de Ética, Sociedade e Cultura, na Sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Tratamento de assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados;
2. Apreciação e votação dos pareceres sobre a Proposta de Lei n.º 42/XI/2.ª – Orçamento do Estado para 2011
 - Cultura – Relatora: Deputada Conceição Pereira (PSD)
 - Comunicação Social – Relatora: Deputada Carla Rodrigues (PSD)
 - Sociedade da Informação – Relator: Deputado Rui Pereira;
3. Fixação da redacção final dos Projectos de Resolução n.º 270/XI/2.ª (CDS-PP) — “Recomenda ao Governo a conclusão do processo de classificação do Complexo Monumental das Sete Fontes” e n.º 276/XI/2.ª (BE) – “Recomenda ao Governo a publicação do despacho de classificação do Complexo das Sete Fontes e a adopção de medidas da sua protecção”;
4. Apreciação e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 28/XI/1.ª – Aprova a Lei da Rádio, revogando a Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro;
5. Apreciação e votação de actas;
6. Outros assuntos.

No primeiro ponto da ordem do dia, foram tratados assuntos relativos aos Estatutos dos Deputados.

Passando-se ao ponto seguinte da ordem do dia, a Senhora Deputada Rita Rato (PCP) solicitou que a apreciação do parecer sobre a área da cultura fosse adiada para o final da reunião.

De seguida, a Senhora Deputada Carla Rodrigues (PSD) apresentou o parecer sobre a área da comunicação social, na Proposta de Lei n.º 42/XI/2.ª (GOV) – Orçamento do Estado para 2011.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Rita Rato (PCP), para expressar preocupação com o aumento da contribuição para o audiovisual, João Serrano (PS) e Pedro Filipe Soares (BE), para cumprimentar a relatora e concordar com o parecer, e o Senhor Presidente, para cumprimentar a relatora e lamentar que os pareceres tenham perdido conteúdo político, em função da forma como é realizada a discussão da Proposta de Lei de Orçamento do Estado, não sendo possível haver contraditório com os ministros da área na generalidade, e lembrar que não se deve comparar a estimativa de execução com o orçamentado, mas sim orçamentado com orçamentado e executado com executado, pelo que lamentava que não constasse dos relatórios a análise do orçamentado para 2010 com o orçamentado para 2011.

Submetidas à votação, foram as partes I e III do parecer aprovadas por unanimidade.

De seguida, o Senhor Deputado Rui Pereira (PS) apresentou o parecer para a área da sociedade da informação.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Rita Rato (PCP), para referir que o ponto 5 da página 3 nada acrescentava ao parecer, por não se referir ao Orçamento de Estado para 2011; Pedro Filipe Soares (BE) para referir que o mesmo texto encontra-se na página 5 do parecer e aí faz sentido, mas não na página 3 e propor a sua eliminação da página 3; e o Senhor Presidente, para alertar para a diferença de números usados nas duas versões do texto em discussão.

Respondeu o Senhor Rui Pereira (PS), aceitando eliminar o trecho em causa na página 3, uma vez que as afirmações se mantêm no parecer.

Submetidas à votação, foram as partes I e III aprovadas por unanimidade.

No ponto três da ordem do dia, o Senhor Presidente começou por informar que tinha levado a questão de fusão de textos de projectos de resolução idênticos em fase de redacção final à Conferência de Presidentes de Comissões Parlamentares, tendo ficado acordado que, em situações deste tipo, deveria haver uma tentativa de harmonização dos textos antes da sua votação em Plenário, respeitando sempre a existência de consenso e o retrato fiel dos projectos originais. No caso concreto pendente na Comissão, deve aplicar-se a doutrina da Comissão de Presidentes de Comissões Parlamentares e, uma vez que essa fusão não foi possível antes da votação no Plenário, fazer duas redacções finais.

Foram então fixadas, sem votos contra, as redacções finais dos Projectos de Resolução n.º 270/XI/2.ª (CDS-PP) — “Recomenda ao Governo a conclusão do processo de classificação do Complexo Monumental das Sete Fontes” e n.º 276/XI/2.ª (BE) — “Recomenda ao Governo a publicação do despacho de classificação do Complexo das Sete Fontes e a adopção de medidas da sua protecção”.

No ponto seguinte da ordem do dia, procedeu-se à discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 28/XI/1.ª (GOV) — “Aprova a Lei da Rádio, revogando a Lei n.º 4/2001, de 13 de Fevereiro”, a qual decorreu nos termos do relatório de votações, que se anexa a esta acta.

Retomou-se depois o ponto dois da ordem do dia, para apreciação e votação do parecer sobre a área da cultura, relativo à Proposta de Lei n.º 42/XI/2.ª (GOV) — Orçamento do Estado para 2011, o qual foi apresentado pela Senhora Deputada Conceição Pereira (PSD).

Usaram da palavra os Senhores Deputados João Oliveira (PCP), para retomar a questão da comparação do orçamentado com a estimativa de execução do orçamento anterior, uma vez que existe um corte orçamental encapotado, que é dos mais significativos, no Ministério da Cultura, com a não execução de 17,8% do orçamentado para 2010, o que leva a conclusões diferentes das que constam no parecer, para referir a falta de relatório de avaliação da Opart, o corte dos investimentos em PIDDAC e a inexistência de informação sobre a execução do PIDDAC de 2010, e que não poderá votar a favor de um parecer que refere um crescimento de 2,9% no orçamento para o Ministério da Cultura, quando isso não corresponde à realidade; Pedro Filipe Soares (BE), para concordar que a comparação, tal como está feita, dá uma ideia errónea quanto à evolução do orçamento para o Ministério da Cultura, devido à baixa execução verificada; e Inês de Medeiros (PS), para referir que este orçamento é difícil e todos sabem disso e que qualquer corte na área da cultura é preocupante.

Respondeu a Senhora Deputada Conceição Pereira (PSD), para afirmar que não via condições para alterar o parecer de modo a incluir as questões abordadas pelos oradores antecedentes.

Submetidas à votação, foram aprovadas as partes I e III do parecer, com votos a favor do PS, do PSD e do CDS-PP, votos contra do PCP e a abstenção do BE.

Finalmente, o Senhor Presidente adiou o ponto 5 da ordem do dia e informou nada haver a comunicar no âmbito do último ponto.

A reunião foi encerrada às 14:20 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 5 de Novembro de 2010.

O PRESIDENTE

(LUÍS MARQUES GUEDES)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Branquinho
Amadeu Soares Albergaria
Carla Rodrigues
Cecília Meireles
Celeste Amaro
Helena Lopes da Costa
Inês de Medeiros
Isabel Oneto
João Oliveira
João Serrano
José Rui Cruz
Luís Marques Guedes
Miguel Laranjeiro
Rui Pereira
Teresa Caeiro
Vítor Fontes
Nuno Encarnação
Pedro Filipe Soares
Rita Rato

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Luís Miguel França

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Catarina Martins
Fernando Negrão
Manuel Seabra
Maria Conceição Pereira